



RELATÓRIO E CONTAS
2024

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2024

1. Introdução

O exercício de 2024 é marcado por uma alteração significativa nas fontes de receita do Ipatimup, refletindo o término do financiamento institucional para Unidades de I&D e o término dos projetos de investigação no âmbito das atividades transitadas para o i3S.

O Balanço a 31 de dezembro de 2024 reflete a diminuição dos valores de Ativo e de Passivo, essencialmente em decorrência do término dos projetos de investigação e recebimento dos valores de reembolso dos pedidos de pagamento apresentados às entidades financiadoras.

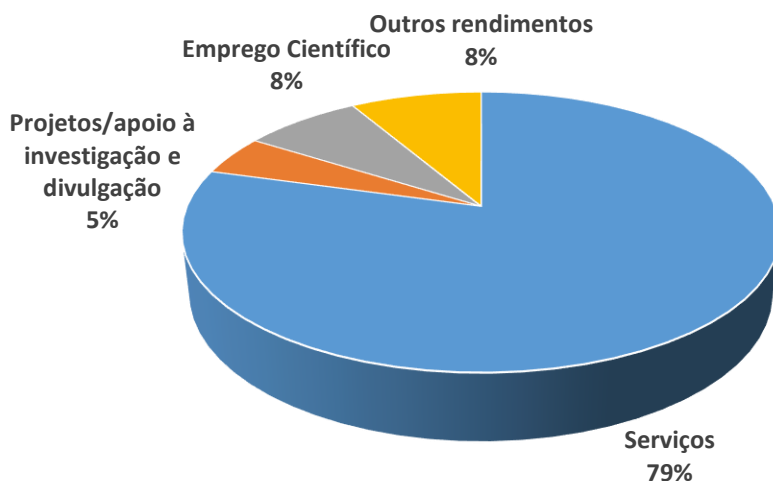
A Demonstração de Resultados de 31 de dezembro de 2024 revela uma redução nos Resultados Líquidos, atingindo cerca de -40 mil euros. Esse decréscimo deve-se, principalmente, à diminuição dos subsídios à exploração, decorrente da transferência de atividades de investigação para o i3S. Ainda assim, o Ipatimup continuou a suportar algumas despesas operacionais do i3S, como contratos de manutenção de alguns equipamentos. Além disso, foram realizadas atividades de investigação clínica financiadas com recursos próprios do Ipatimup, incluindo a aquisição de equipamentos.

2. Receitas

O somatório dos valores:

2.1) da faturação proveniente da prestação de serviços (diagnóstico, serviços científicos e investigação contratada); 2.2) do financiamento para a realização de projetos de investigação, divulgação e formação; 2.3) dos contratos-programa celebrados com a FCT no âmbito da Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico; 2.4) de outros rendimentos, tais como rendimentos provenientes de royalties, propinas, quotas, participações em despesas de deslocação e utilização de reagentes e instalações, mecenato científico;

atingiu, em 2024, **10,2 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



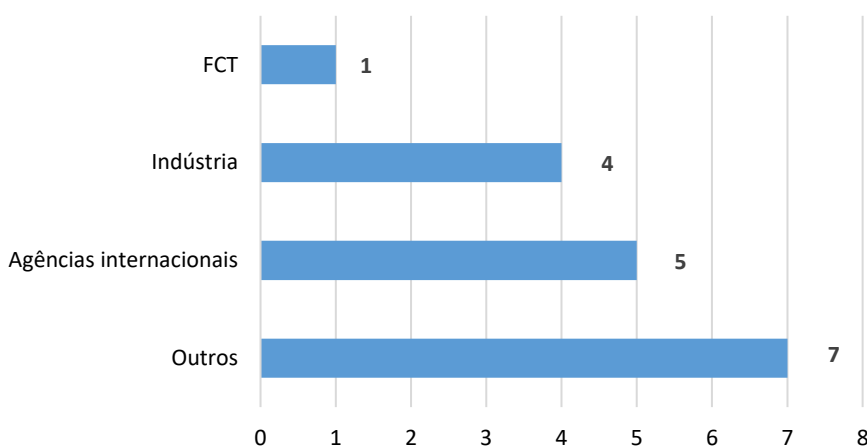
2.1 Receitas Próprias / Prestação de Serviços

As Receitas Próprias referem-se à prestação de serviços de diagnóstico, serviços técnicos científicos e investigação contratada. O valor da faturação proveniente das atividades de diagnóstico totalizou **7.744 mil euros**, o que representa um aumento de **327 mil euros** em relação ao ano de 2023.

2.2 Financiamento para Projetos de Investigação, Divulgação e Formação

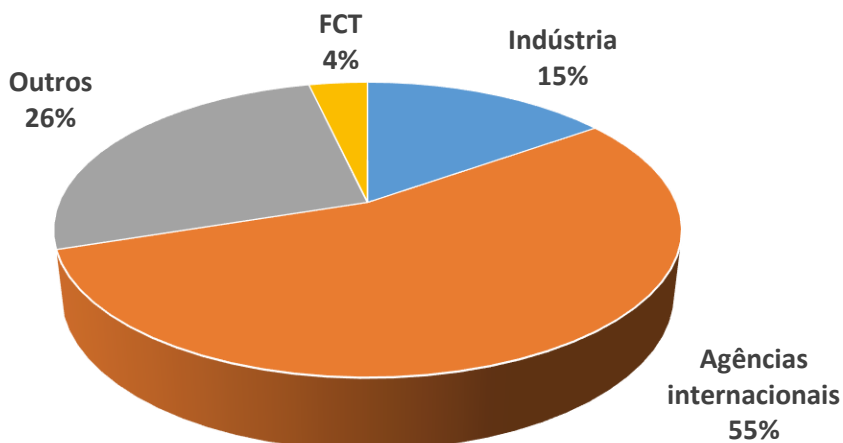
O Ipatimup manteve em curso **17** projetos de investigação com financiamento externo.

Terminaram em 2024 os projetos financiados por agências públicas nacionais e internacionais, com exceção de um projeto europeu dedicado a comunicação de ciência/literacia em saúde.



Exluem-se destes dados alguns contratos que, apesar de não serem considerados como projetos de investigação autónomos, contribuíram para a execução de partes dos planos de trabalho, possibilitando a compra de reagentes ou o financiamento de postos de trabalho/bolsas, indispensáveis para a execução das atividades de investigação.

O gráfico seguinte soma o valor contratualizado no ano, quer para projetos, quer como apoios à investigação, conforme parágrafo anterior. O total é de **472 mil euros** (em 2023, este valor era de **3,3 milhões de euros** e incluía o projeto P.CCC - Porto Comprehensive Cancer Center Raquel Seruca).



Relatório e Contas 2024

O Ipatimup mantém em curso projetos de investigação financiados com fundos próprios e continuará a suportar com financiamento próprio projetos internos de investigação aplicada, bem como apoiar trabalhos preparatórios/estudos piloto. A dotação destes projetos para o ano de 2024 foi de **325 mil euros**.

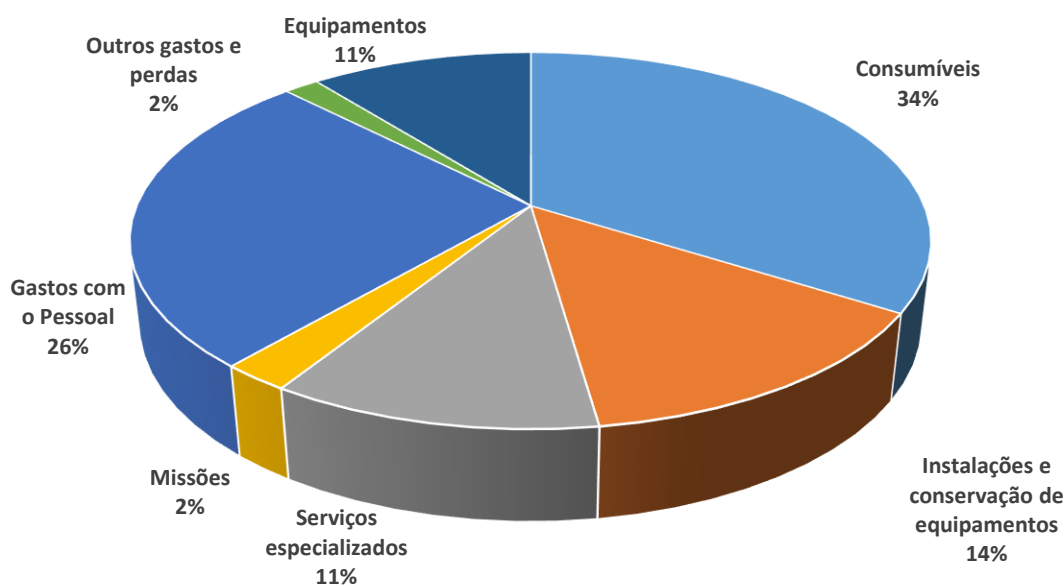
2.3 Emprego Científico - Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico CEEC, Individual e Institucional

Terminaram em 2024 11 contratos de investigador júnior, celebrados no âmbito da Norma Transitória (Decreto-Lei nº 57/2016 de 29 de agosto).

No âmbito do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, o Ipatimup manteve 10 contratos.

3. Pagamentos

Os custos de atividade e as compras de equipamento totalizaram **10,4 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



3.1 Gastos com o Pessoal

O Ipatimup registou um número médio anual de **74** contratos de trabalho (80 em 2023). O valor de Gastos com Pessoal diminuiu em **64 mil euros**, tendo-se registado a transferência de um contrato para o i3S e término de contrato na área de diagnósticos. A equipa de diagnósticos foi reforçada com a contratação de um Diretor Executivo no mês de setembro, um técnico bioinformático, quatro técnicos administrativos e quatro técnicos de laboratório.

3.2 Consumíveis

O valor de reagentes e outros consumíveis de laboratório registou um **aumento de 597 mil euros**, devendo-se a mesma, quer ao aumento da faturação das atividades de diagnóstico, quer à execução de projetos de investigação aplicada financiados por fundos próprios.

3.3 Compras de equipamento

O Ipatimup adquiriu, em 2024, **1,1 milhões de euros** em equipamento científico, administrativo e de software.

Foram registados como aumento de imobilizado em curso o custo de instalação de uma área de trabalho provisória – **138 mil euros** - destinada a colmatar necessidades de espaço de trabalho na área de diagnósticos. O aumento da atividade de diagnóstico tornou evidente a necessidade de remodelação dos espaços de trabalho, com extensão da área de laboratório, cujas obras iniciaram em 2024. Como solução provisória, optou-se pela compra de contentores, com espaço para áreas de análise, salas de reunião e gabinetes, numa área total de 250m².

3.4 Serviços Especializados

Esta rubrica inclui a subcontratação de serviços científicos/de diagnóstico/administrativos especializados, bem como a colaboração de docentes da Universidade do Porto nas atividades do Ipatimup.

Estão também aqui contabilizadas as despesas associadas à organização e produção do ciclo de conferências “Tratar o Cancro por Tu” e à edição do livro que regista de forma perene esta iniciativa.

3.5 Instalações e conservação de equipamentos

Os **1,4 milhões de euros** incluem a comparticipação protocolada entre o Ipatimup e o i3S para as despesas gerais de manutenção do edifício, como o consumo de eletricidade, água e outros fluídos.

4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e evolução previsível

O Ipatimup será Associado Fundador do Centro Internacional de Investigação do Cancro da Madeira, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde da Região Autónoma da Madeira, o qual tem como missão a promoção de projetos com relevância clínica com impacto na prevenção, no diagnóstico, na terapêutica e reabilitação na área do cancro. A escritura está marcada para o mês de março de 2025.

A CCDR-N lançou um concurso para projetos de criação, qualificação ou expansão de infraestruturas tecnológicas centradas no apoio à transferência e valorização do conhecimento. O Ipatimup procurará impulsionar a criação de um Centro de Medicina de Precisão, envolvendo a academia, os hospitais da Região Norte e o IPO. O i3S e os institutos fundadores estão a estudar os termos da candidatura a apresentar à CCDR-N, a qual tem uma taxa máxima de cofinanciamento de 85%.

Importa considerar os riscos que um incremento da concorrência na área de prestação de serviços de diagnóstico possa causar. O setor regista uma tendência para a oferta de preços baixos e para o agrupamento de empresas, potenciando economias de escala que o Ipatimup poderá não conseguir acompanhar. Nesse sentido, a orientação do Ipatimup será sempre a diferenciação pela qualidade e o investimento em tecnologias que permitam baixar custos e tempos de resposta, bem como diversificar a oferta de exames inovadores e de precisão. Para tal, o investimento em investigação aplicada à área clínica será sempre fundamental. Nesse contexto, o Ipatimup procurará implementar projetos internos, financiados com a dotação de resultados transitados e com a obtenção de donativos de natureza filantrópica.

O Ipatimup tem sido reconhecido com donativos a título individual ou por parte de entidades coletivas e espera, pelo seu serviço à comunidade, nomeadamente na área da literacia em saúde, ser eleito para mecenato por mais pessoas ou instituições.

Em 2024, a Direção criou o Fundo de Investigação Translacional do Ipatimup, destinado ao financiamento de projetos de investigação focados na aceleração da aplicação dos resultados da investigação fundamental em aplicações de medicina de precisão, na área do cancro, tais como: descoberta, implementação e validação de novos biomarcadores de diagnóstico, prognóstico e previsão; desenvolvimento, aplicação e validação de novas tecnologias e soluções de diagnóstico e de monitorização da doença; desenvolvimento, aplicação e validação de modelos in vitro e in vivo com impacto na terapêutica. O Fundo foi anunciado a toda a comunidade científica do i3S, esperando-se apoiar três projetos de investigação em 2025.

5. Apuramento dos Resultados e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício de 2024 foi de **-40.522,08** euros.

Este resultado reflete a descida do valor de subsídios para a investigação, a par de um incremento das atividades de investigação ligadas à atividade clínica, com recurso a fundos próprios (despesas correntes e equipamentos).

A variação de caixa e seus equivalentes foi positiva em **1.878.875** euros, explicando-se fundamentalmente pelo aumento da faturação da atividade de diagnóstico, a par da diminuição do saldo de clientes, bem como do aumento dos recebimentos para os projetos de investigação entretanto encerrados.

A Direção propõe que o Resultado Líquido transite na sua totalidade para a conta “Resultados Transitados”.

Porto, 13 de março de 2025

A Direção

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Prof. José Carlos Machado

Prof. Jorge Lima

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	4.829.860,19	6.459.233,66
Ativos intangíveis	6	125.774,78	94.545,63
Investimentos financeiros	17	56.113,17	57.979,77
		5.011.748,14	6.611.759,06
Ativo corrente			
Inventários	8	22.729,97	27.843,63
Créditos a Receber	10	3.824.964,59	4.173.053,35
Estado e Outros Entes Públicos	10	80.858,90	648.050,26
Diferimentos	10	113.732,50	78.152,40
Outros ativos correntes	10	1.030.187,56	2.172.065,01
Caixa e depósitos bancários	4	10.824.676,53	8.945.801,38
		15.897.150,05	16.044.966,03
Total do ativo		20.908.898,19	22.656.725,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10	10.580.717,61	9.120.334,95
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	7.359.979,72	9.260.951,21
		17.940.697,33	18.381.286,16
Resultado líquido do período	10	-40.522,08	1.460.382,66
Total dos fundos patrimoniais		17.900.175,25	19.841.668,82
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	649.360,78	510.341,10
Estado e outros entes públicos	10	197.347,05	185.764,33
Diferimentos	10	781.521,30	770.035,47
Outros passivos correntes	10	1.380.493,81	1.348.915,37
		3.008.722,94	2.815.056,27
Total do passivo		3.008.722,94	2.815.056,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		20.908.898,19	22.656.725,09

Valores em Euros

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2023

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1				8 500 943,71		8 464 481,63	619 391,24	17 584 816,58		17 584 816,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00		0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					619 391,24		796 469,58	-619 391,24	796 469,58		796 469,58
	2				619 391,24		796 469,58	-619 391,24	796 469,58		796 469,58
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							1 460 382,66	1 460 382,66		1 460 382,66
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							840 991,42	2 256 852,24		2 256 852,24
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5										0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5				9 120 334,95		9 260 951,21	1 460 382,66	19 841 668,82		19 841 668,82

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6				9 120 334,95	0,00	9 260 951,21	1 460 382,66	19 841 668,82		19 841 668,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					1 460 382,66		-1 900 971,49	-1 460 382,66	-1 900 971,49		-1 900 971,49
	7				1 460 382,66		0,00	-1 900 971,49	-1 460 382,66		-1 900 971,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							-40 522,08	-40 522,08		-40 522,08
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-1 500 904,74	-1 941 493,57		-1 941 493,57
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10										0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10				10 580 717,61	0,00	7 359 979,72	-40 522,08	17 900 175,25		17 900 175,25

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	11	8.130.367,20	7.846.421,22
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.249.815,66	2.463.249,39
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-3.554.063,45	-2.957.265,07
Fornecimentos e serviços externos	12	-2.863.504,23	-2.813.691,39
Gastos com o pessoal	13	-2.752.477,80	-2.816.774,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-85,00	-1.761,25
Aumentos/reduções de justo valor	17	-1.866,60	-128,77
Outros rendimentos	14	2.590.163,90	2.283.217,66
Outros gastos	15	-266.916,71	-220.985,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.531.432,97	3.782.281,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-2.860.404,52	-2.385.070,43
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-328.971,55	1.397.211,09
Juros e rendimentos similares obtidos	11/16	288.802,29	63.171,71
Juros e gastos similares suportados	16	-352,82	-0,14
Resultado antes de impostos		-40.522,08	1.460.382,66
Resultado líquido do período		-40.522,08	1.460.382,66

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	Valores em Euros	
		PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimento de Clientes e Utentes		8.478.370,96	6.110.382,40
Pagamentos de bolsas		-53.270,59	-136.648,77
Pagamento a fornecedores		-6.222.482,72	-6.134.545,72
Pagamentos ao pessoal		-2.691.175,95	-2.751.237,62
Caixa gerada pelas operações		-488.558,30	-2.912.049,91
Outros recebimentos/pagamentos		3.213.406,06	5.468.869,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.724.847,76	2.556.819,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-1.111.445,51	-6.029.604,13
Ativos intangíveis		-74.191,60	-60.641,02
Investimentos Financeiros			-4.055,40
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			13.683,71
Subsídios ao investimento		43.812,00	2.534.923,87
Juros e rendimentos similares		293.956,70	19.773,21
Dividendos		248,62	242,25
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-847.619,79	-3.525.677,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		2.000,00	2.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-352,82	-0,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		1.647,18	1.999,86
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		1.878.875,15	-966.858,50
EFEITO DAS DIFERENÇAS CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO PERÍODO	4	8.945.801,38	9.912.659,88
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM PERÍODO	4	10.824.676,53	8.945.801,38

O Contabilista Certificado,
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

ANEXO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto **IPATIMUP**, contribuinte n.º. **502 246 308**, com sede na Rua Júlio Amaral de Carvalho, 45 no Porto - é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública, fundada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto.

O IPATIMUP tem por objetivos compreender as causas e a evolução das doenças oncológicas humanas de forma a:

- Avançar no diagnóstico precoce;
- Maximizar a eficiência do tratamento;
- Melhorar a qualidade de vida dos doentes;
- Diminuir a incidência de cancro na população.

As vertentes de atividade do IPATIMUP são:

- Fazer investigação clínica em Oncologia;
- Desenvolver Recursos Humanos especializados em Oncologia e Oncobiologia;
- Divulgar a Ciência, contribuindo para o aumento da cultura científica da população;
- Prestar serviços diagnósticos e de consultadoria.

Os Associados Efetivos do IPATIMUP são: Câmara Municipal do Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, Cruz Vermelha Portuguesa, Europacolón Portugal-Associação de Apoio ao Doente com Cancro Digestivo, Evita – Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados com Cancro Hereditário, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Fundação BIAL, Health Cluster Portugal, Irmandade dos Clérigos, Pulmonale – Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, Santa Casa da Misericórdia do Porto, Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, Fundação Rui Osório de Castro e Universidade do Porto.

Os Associados Aderentes são: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Centro Hospitalar Universitário de São João e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil.

O IPATIMUP foi um dos quatro primeiros Laboratórios Associados criado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior em 2000, e está instalado num edifício no Polo 2 (Asprela) da Universidade do Porto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Desde 01 de janeiro de 2010 até 31 de dezembro de 2012, o IPATIMUP elaborou e aprovou, demonstrações financeiras de acordo com o SNC, conforme legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2012, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), não havendo no entanto lugar a quaisquer ajustamentos, nem foi afetada a comparabilidade dos exercícios.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à data da transação, desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Ipatimup;

3.3 - Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 – Subsídios e outros apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o IPATIMUP irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

3.5- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.6 - Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.7 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.8 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o Ipatimup tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Cientes e utentes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o decurso do ano de 2024, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.11 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários e aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

FLUXOS CAIXA		31.12.2024		31.12.2023	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.050	2.050	2.050	2.050
	Subtotais	2.050	2.050	2.050	2.050
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	875.409	875.409	1.251.966	1.251.966
	Depósitos a Prazo	9.947.217	9.947.217	7.691.785	7.691.785
	Outros depósitos bancários				
	Subtotais	10.822.626	10.822.626	8.943.751	8.943.751
	Aplicações de Tesouraria				
Totais		10.824.676	10.824.676	8.945.801	8.945.801

5. PARTES RELACIONADAS

O IPATIMUP está incluído no perímetro de consolidação de contas da UNIVERSIDADE DO PORTO, cujo detalhe dessas operações e os saldos pendentes em Balanço, são como se segue:

Partes Relacionadas	2024	2023
Ativos	125.276	479.868
Passivos	12.500	0
Gastos	145.731	127.000
Rendimentos	45.283	61.865

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis: quantias brutas escrituradas	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		686.546	24.347	10.230		721.123
Adições		74.192				74.192
Revalorizações						
Transferências						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		760.738	24.347	10.230		795.315

(valores expressos em euros)

Activos intangíveis: amortizações	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador			Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros		Marcas comerciais	Outros Ativos		
Saldo Inicial		614.678	5.134	6.766		626.578
Reforços		42.962				42.962
Reversões						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Outros						
Saldo Final		657.640	5.134	6.766		669.540

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Estão contabilizadas obras em Edifícios Alheios (ampliação do CIBO), no montante de 1.866.826,99.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e Out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	1.922.302	15.131.215	889	2.004.383	559.183	19.618.639
Adições			794.408		251.949		1.046.357
Revalorizações							
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Em Curso		138.231	3.480				141.711
Saldo Final	667	2.060.533	15.929.103	889	2.256.332	559.183	20.806.707
Activos fixos tangíveis: depreciações	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e Out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	600	707.030	10.076.716	889	1.852.022	522.148	13.159.405
Reforços	67	38.446	2.673.774		94.362	10.793	2.817.442
Reversões							
Transferências							
Alienações							
Abates							
Outros							
Saldo Final	667	745.476	12.750.490	889	1.946.384	532.941	15.976.847

8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme segue:

CMVMC		Mat. Primas, Subs. e de Consumo	TOTAIS
Em 31.12.2024	Existência Inicial	27.844	27.844
	Compras	3.548.949	3.548.949
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	22.730	22.730
	CMVMC	3.554.063	3.554.063
Em 31.12.2023	Existência Inicial	23.507	23.507
	Compras	2.961.602	2.961.602
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	27.844	27.844
	CMVMC	2.957.265	2.957.265

9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

No que se refere aos subsídios relacionados com ativos, os valores recebidos são reconhecidos como réditos à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como réditos, na medida em que o gasto é realizado.

O montante dos subsídios obtidos, reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme segue:

Relação dos subsídios obtidos			Quantias Concedidas		
			2024	2023	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Estado e Outros Entes Públicos		2.520.655	
		Outras Entidades	43.812	14.269	
		Subtotais	43.812	2.534.924	
	Subsídios à exploração	Estado e Outros Entes Públicos	1.088.384	1.258.705	
		Outras Entidades	161.432	1.204.544	
		Subtotais	1.249.816	2.463.249	
	Totais			1.293.628	4.998.173

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CRÉDITOS A RECEBER						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor Líquido	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Clientes e Utentes	3.824.965	4.172.968			3.824.965	4.172.968
Clientes de Cobrança Duvidosa	1.995	1.995	85	1.761	0	85
Totais	3.826.960	4.174.963	85	1.761	3.824.965	4.173.053

	OUTROS ATIVOS CORRENTES	
	2024	2023
Fornecedores (Saldos contrários)	760	1.397
Adiant. e outras operações c/ pessoal	826	494
Adiant. A fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	44.174	49.577
Subsídios a receber		
Outros acréscimos de rendimentos	157.347	
Outros devedores	827.081	2.120.597
Totais	1.030.188	2.172.065
	FORNECEDORES	
	2024	2023
Fornecedores, conta corrente	649.361	510.341
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, faturas em rec. e conf.		
Totais	649.361	510.341

Relatório e Contas 2024

	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
	2024	2023
Finanças	60.937	-510.634
Segurança Social	55.552	48.348
Totais	116.489	-462.286
Saldos Devedores		
Retenção Imp. s/ Rendimento		
Iva a Recuperar/Restituir	80.858	648.050
Restantes impostos		
Totais	80.858	648.050
Saldos Credores		
Corrente		
Retenção Imp. s/ Rendimento	32.431	31.272
Iva a pagar	109.364	106.144
Contribuições seg. social	55.552	48.348
Outras Tributações (Fundo de Compensação)		
Totais	197.347	185.764
	DIFERIMENTOS	
	2024	2023
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.571	3.000
Outros gastos diferidos	111.161	75.152
Totais	113.732	78.152
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	208.059	770.035
Outros rendimentos	573.462	
Totais	781.521	770.035

Relatório e Contas 2024

	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	
	2024	2023
Não correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Totais	0	0
Correntes		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	76.623	
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	306.643	346.514
Outros acréscimos de gastos	754.033	628.267
Outros Credores	243.195	374.134
Totais	1.380.494	1.348.915

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	9.120.335	1.460.383		10.580.718
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	9.260.951	45.812	1.946.784	7.359.979
Resultado líquido do período	1.460.383	-40.522	1.460.383	-40.522
Totais	19.841.669	1.465.673	3.407.167	17.900.175

11. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 os réditos apresentavam a seguinte composição:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2024	2023
	Réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens		
Prestação de serviços	8.130.367	7.846.421
Juros	288.554	63.172
Royalties	39.715	56.539
Dividendos	249	242
Totais	8.458.885	7.966.374

12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2024	2023
Subcontratos	808.477	911.683
Serviços Especializados:	838.414	760.293
Trabalhos Especializados	208.564	166.979
Publicidade e propaganda		1.195
Vigilância e Segurança	121.265	
Honorários	157.078	171.896
Conservação e Reparação	347.302	414.657
Outros Serviços Especializados	4.205	5.566
Materiais	202.248	121.616
Energia e fluídos	466.358	624.528
Deslocações, Estadas e Transportes	278.661	210.602
Serviços Diversos:	269.346	184.969
Rendas e Alugueres	2.538	2.905
Comunicação	10.423	9.249
Seguros	12.410	14.435
Contencioso e Notariado	998	85
Limpeza, higiene e conforto	159.174	17.109
Outros Serviços	83.803	141.186
Totais	2.863.504	2.813.691

13. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 detalha-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2024	2023
Remunerações do Pessoal	2.099.036	2.131.140
Encargos sobre Remunerações	443.429	464.812
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14.450	10.617
Outros gastos com Pessoal	195.563	210.206
Totais	2.752.478	2.816.775

O número médio de pessoas ao serviço em 31 de dezembro de 2023 era de 80 e em 31 de dezembro de 2024 de 74.

14. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2024	2023
Rendimentos Suplementares	39.715	69.739
Rendimentos e Ganhos em Investimentos Financeiros	463	110
Outros Rendimentos e Ganhos:		
Correção relativa a exercícios anteriores	564.068	42.834
Imputação de Subsídios para Investimentos	1.946.783	1.747.429
Outros	39.135	423.106
Totais	2.590.164	2.283.218

Nos valores que constam na rubrica – Correção de Exercícios Anteriores – no montante de 564.068,10, estão incluídos 517.416,21 referentes ao recebimento/regularização de acerto de valores finais de projetos antigos ocorridos no exercício de 2024.

15. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Outros Gastos	2024	2023
Impostos	394	21.835
Outros Gastos:		
Correc. Exerc. Anteriores	91.597	137.501
Quotizações	9.123	8.206
Outros	165.803	53.444
Totais	266.917	220.986

Nos valores que constam na rubrica – Correção de Exercícios Anteriores – no montante total de 91.596,60, estão incluídos 76.761,28 referentes à devolução/regularização de acertos de valores finais de projetos antigos ocorridos no exercício de 2024.

16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são detalhados conforme se segue:

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2024	2023
Juros Obtidos	288.554	62.930
Outros	248	242
Totais	288.802	63.172

Juros e Gastos Similares Suportados	2024	2023
Juros Suportados	353	0
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros		
Totais	353	0

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

17.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

	Entidade	2024			2023		
		Valor Nominal	Aumento/Redução	Valor Contabilístico	Valor Nominal	Aumento/Redução	Valor Contabilístico
Investimentos Financeiros							
Ações	CIMPOR	205		205	205		205
Ações	EDP	5.808	1.867	3.941	5.937	-129	5.808
Outras Participações	I3S	10		10	5	5	10
Outros Investimentos Financeiros (FCT-Fundo Compensação Trabalho)	FUNDO COMPENSAÇÃO	51.957		51.957	61.590	-9.633	51.957
Totais		57.980	1.867	56.113	67.737	-9.758	57.980

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2024 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a esta data.

19. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 10 de março de 2025.

O Contabilista Certificado,

A Direção,

José da Cunha Fernandes - CC 7484

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IPATIMUP - Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2024 (que evidencia um total de 20.908.898 euros e um total de fundos patrimoniais de 17.900.175 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 40.522 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;





- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,





modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

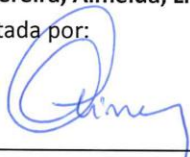
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 14 de março de 2025

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda

Representada por:



Cecília da Conceição e Silva Linhares

Registada sob os n.ºs 1371 na OROC e 20160981 na CMVM